

## **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO ESTADO DE MINAS GERAIS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES**

Isabella Lobato Medeiros – Graduada em Ciências Econômicas – Universidade Federal de São João del Rei - E-mail: [isabebellalm@hotmail.com](mailto:isabebellalm@hotmail.com)

Norberto Martins Vieira - Professor Adjunto – Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal de São João del Rei – E-mail: [norbertovieira@ufsj.edu.br](mailto:norbertovieira@ufsj.edu.br)

Daniela Almeida Raposo Torres - Professora Adjunto – Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal de São João del Rei – E-mail: [daniraposo@ufsj.edu.br](mailto:daniraposo@ufsj.edu.br)

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo foi analisar quantitativamente e qualitativamente a expansão do ensino superior público em Minas Gerais após a instituição do REUNI. Os resultados evidenciaram o cumprimento das principais metas quantitativas, porém foram verificados alguns desvios nas prioridades. A análise qualitativa verificou o problema do tempo estipulado para o cumprimento das metas. O estudo evidencia a problemática relacionada expansão numérica em detrimento da qualidade do ensino, mostrando que as universidades mineiras atingiram o principal objetivo do programa – aumentar o acesso da população ao ensino superior público, porém essa expansão interferiu diretamente na qualidade de ensino ofertada.

**PALAVRAS-CHAVE:** REUNI. Expansão numérica. Qualidade do ensino. Universidades Federais. Minas Gerais.

**ÁREA TEMÁTICA:** Políticas Públicas

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é considerada por muitos autores<sup>1</sup> a base essencial para se adquirir desenvolvimento social e econômico com qualidade. Existem vários indícios de que quando um país investe na educação de seus cidadãos se tem um grande retorno em âmbito econômico, advindo de seu capital humano tornando-o mais especializado e capacitado; otimizando assim seus processos produtivos manuais, tecnológicos e intelectuais.

Os países subdesenvolvidos e os em desenvolvimento apresentam uma grande carência nesse setor, de acordo com Freire (1987), muitas vezes, por considerar a educação fator indireto de crescimento, privilegiando atuação em áreas que poderiam ser extintas se voltassem suas atenções para a mesma. Sendo assim, o Brasil, país considerado em desenvolvimento, apresenta grande carência no seu setor educacional como outros países com essa denominação.

De acordo com documento elaborado, em 2013, pelo Ministério da Educação (MEC)<sup>2</sup> o ensino brasileiro, ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional, superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais. Portanto, a fim de expandir, desenvolver e diminuir as carências do seu sistema educacional, o MEC criou o Plano de desenvolvimento da educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007, que contava com uma pauta de 30 ações, dentre elas 5 voltadas para o ensino superior.

De acordo com (MEC, 2013), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>3</sup>, veio como principal ação voltada para o desenvolvimento da educação em âmbito do superior público, sendo seu principal objetivo ampliar o acesso e a permanência dos alunos nas Universidades Federais. No Plano constam várias metas orientadas para questões estruturais, organizacionais, pedagógicas e inovadoras. A intenção de elevação da qualidade educacional brasileira vem por meio de estímulos para a entrada de novos alunos no ensino superior público com ampliação do número de vagas ofertadas, principalmente para os cursos noturnos, com o aperfeiçoamento e aumento de recursos humanos existentes e melhoramento das estruturas físicas, priorizando a qualidade do ensino. As prioridades são a flexibilização curricular para que facilite a mobilidade estudantil; apoio pedagógico aos docentes implantando novos modelos de prática e aprendizagem e também a preocupação com a inclusão social para meios de entrada e permanência dos alunos as instituições. Os planos de ações de cada Universidade para adesão no programa deverão ser analisados e aprovados pelo MEC, garantindo exequibilidade financeira para promoção do mesmo. O Brasil conta com o total de 63 Universidades Federais (PLANALTO, 2013) espalhadas por suas regiões. O Estado de Minas Gerais que possui uma população de 19,6 milhões de habitantes segundo o IBGE (2010), conta com o maior número delas instaladas em seu território. De acordo com dados da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais** (Sede-MG,2013), Minas é o terceiro estado em Produto Interno Bruto (PIB), ficando atrás apenas de grandes economias como São Paulo e Rio de Janeiro e o quarto maior em extensão territorial, possuindo vários pólos industriais e produtivos espalhados por ele, confirmando assim a sua grande importância econômica para o país.

O estado acolhe 11 Universidades Federais, muitas estando entre as mais tradicionais do país, são elas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) localizada na capital do

<sup>1</sup> Autores como Gary Becker (2009), Frigotto (2003), Paulo Freire (1987), Schultz (1971), dentre outros.

<sup>2</sup> Documento elaborado pelo Grupo assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

<sup>3</sup> Instituído pelo DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007, o REUNI passou a ser adotado não obrigatoriamente pelas Instituições Federais Superiores (IFS) que o desejassem. A inserção das mesmas e continuidade se dão de maneira independente, respeitando a autonomia e diversidade das Instituições.

estado, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) referencia em estudos das engenharias, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) uma das mais importantes universidades do estado, Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) uma das mais tradicionais do país, Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina (UFVJM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) destaque nacional em pesquisa e expansão no país. A maioria dessas Universidades Federais se localiza em cidades estratégicas tanto em questão territorial quanto em questão de favorecimento para pesquisa e indústrias, essenciais para economia do estado.

Nesse contexto, pretende-se analisar quantitativamente e qualitativamente a expansão do ensino superior público no estado de Minas Gerais após a implementação do REUNI, buscando responder à pergunta: as diretrizes do REUNI foram realmente realizadas ou alcançadas da maneira almejada previamente propostas pelo programa nas Universidades Federais do Estado de Minas Gerais?

Baseando-se na hipótese de que as diretrizes do REUNI nas Universidades Federais de Minas Gerais tiveram apenas seu enfoque quantitativo realizado no prazo previsto na criação do programa, desconsiderando os aspectos qualitativos, o trabalho que se segue tem como objetivo geral analisar quantitativamente e qualitativamente como se deu a expansão no ensino superior público do estado após a instituição do REUNI, especificamente através de um levantamento exploratório de dados relacionados aos aspectos pedagógicos, estruturais, institucionais e organizacionais antes e depois do Programa, o que possibilitará verificar quantitativamente como aconteceu a expansão educacional superior Mineira e assim avaliar os aspectos qualitativos que ela proporcionou ao ensino superior público no estado.

Primeiramente será discutido o referencial teórico que dará embasamento à discussão do problema proposto pela pesquisa, seguido da apresentação da metodologia. Logo após, é apresentado um panorama geral das universidades federais do estado de Minas Gerais, evidenciando seus aspectos históricos, numéricos e a adesão das mesmas ao REUNI. Em seguida, são expostos os resultados descobertos a partir da pesquisa científica realizada, sendo primeiro os aspectos quantitativos e depois os qualitativos e através da análise dos resultados conclui-se o trabalho finalizando-o com a exposição da conclusão.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O nível educacional de uma população é determinante para caracterizar seu quadro social e econômico. A renda per capita está diretamente ligada aos anos que se frequenta uma escola, porém a qualidade do aprendizado e a oportunidade de adquiri-los estão muito distantes da realidade dos cidadãos de vários países. Sabe-se que a partir da Educação adquire-se capacidade de aprendizagem, alfabetização, desenvolvimento do raciocínio crítico, criatividade e ação para à transformação social.

Paulo Freire foi um grande educador brasileiro e nos deixou sábios ensinamentos em seus estudos sobre educação. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987, p.7) disse que: “com a palavra, o homem se faz homem”. O homem quando tem consciência do que diz, adquire sua essencial condição humana, o conhecimento e o caminho para se alcançar tal posição é a educação. Quando se educa abrem-se portas para um novo mundo, um mundo de ideologias, propensão crítica e inovações, dando a oportunidade aos seres pensantes de se munirem com a mais poderosa arma, o conhecimento em sua essência.

Freire (1987, p.6) argumenta que: “a educação, reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana.” Contudo muitos

são privados de produzir-se e conquistar-se por países que não praticam políticas públicas voltadas para a educação como deveriam.

A necessidade de investimento em educação é explícita quando se pensa em desenvolvimento econômico e social. Quando se investe em educação os retornos são visivelmente benéficos tanto para o bem estar social, possibilitando uma melhor formação para os cidadãos, quanto econômica, apresentando ganhos extremamente positivos em produção e inovação tecnológica. (SCHULTZ, 1971)

De acordo com Barros e Mendonça (1997), o investimento em educação pode acontecer via melhoria na qualidade do ensino ou na quantidade da educação. Essa quantidade pode ser medida quando se relacionam variáveis como: probabilidade de evasão, índice de reprovação, número de vagas, dentre outras.

Uma expansão quantitativa e qualitativa do ensino como meio de investimento pode ocasionar impactos indiretos e diretos na renda per capita, taxa de mortalidade, taxa de natalidade e na desigualdade social, contribuindo diretamente para ao crescimento da economia, aumentando a produtividade do trabalho e promovendo igualdade de oportunidade social. É através de uma população mais culta que se criam meios para promover melhor saúde, moradia, segurança e produção econômica.

O aspecto quantitativo por si só não oferece meios necessários para lapidar o ser humano, é necessário vislumbre qualitativo como maneira de conquistar uma formação que realmente possibilite uma diferenciação da formação familiar que já possuíam. Quando se tem um bom professor, capacitado pedagogicamente, conseqüentemente ter-se-ão bons alunos. Quando se tem uma boa estrutura universitária, com bons laboratórios, bibliotecas e meios de pesquisas (iniciações científicas e projetos de expansão), a conquista de formação com qualificação fica bem mais visível. Frigotto e Ciavatta (2003) argumentam sobre a necessidade de adequação do desenvolvimento da educação com os momentos históricos e de avanços tecnológicos do mundo atual e sobre a importância do investimento na mesma como meio de desenvolvimento social.

A educação é tanto um direito social básico e universal quanto vital para romper com a histórica para a construção de uma nação autônoma, soberana e solidária narelacão consigo mesma e com outras nações. A educação é, portanto, ao mesmo tempo determinada e determinante da construção do desenvolvimento social de uma nação soberana. Além de ser crucial para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de resistir a uma completa dependência científica, tecnológica e cultural. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 102)

O ganho de valor com as agregações e experiências acumulativas dos conhecimentos adquiridos pelos cidadãos através desses investimentos forma um bem pessoal conhecido como capital humano. Segundo Schultz (1971), quanto melhor o ensino de um país, maior é o seu desenvolvimento e conseqüentemente as riquezas materiais. A Teoria do Capital Humano começou a ser pesquisada na década de 50 por Schultz, e na década de 70 retomada por Gary Becker. Para Schultz (1971), os recursos humanos deveriam sim ser considerados como capital e um meio de produção através de produto de investimento.

Segundo Caldarelli e Souza (2011, p.3): “quanto maior a educação corresponderá uma maior renda, as variáveis: Capital Humano, educação e crescimento econômico funcionarão de forma cíclica e dinâmica, uma em sequência da outra.” A dinâmica do conhecimento é um pensamento de médio e longo prazo caracterizando a evolução dos seres e daqueles que os rodeiam, o conhecimento é extraclases, extra universidades e escolas, pois quando o temos ele se torna onipresente, possibilitando uma amplitude e melhoramento em variáveis essenciais para o desenvolvimento humano.

A educação superior fornece arcabouços necessários para lidar com o mercado de trabalho atual que é competitivo e modernizado. A população mais pobre tem dificuldade de inserção no ensino superior, o importante para eles acaba sendo ingressar na universidade apenas para tentar garantir uma vaga no mercado de trabalho, sem ao menos ter a possibilidade de escolher qual curso fazer.

De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2002), quando se compara a realidade do Brasil com a experiência internacional, podemos visualizar o fraco desempenho de nosso sistema educacional nas últimas décadas. O Brasil apresenta um atraso, em termos de educação, de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar.

Barros, Henrique e Mendonça (2002), completam dizendo que as defasagens no nível de escolaridade dos cidadãos brasileiros, tanto absolutas como relativas, explica de maneira significativa a grande desigualdade de renda existente no país. A relação quantidade anos de estudo/salário é um dos principais determinantes da desigualdade salarial do país.

Baseado nas teorias de que a educação geradora de conhecimento é essência para modificar positivamente, povos e culturas encaminhando-os para o desenvolvimento social e econômico ao qual merecem, enxerga-se a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas sociais que possibilitem educação com qualidade, sendo essa precondição necessária para o desenvolvimento socioeconômico de nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento.

### 3 METODOLOGIA

A Pesquisa científica realizada para a elaboração deste artigo foi feita através de busca exploratória de dados secundários e com revisão bibliográfica e documental. No primeiro momento, realizou-se a pesquisa pelos dados relacionados às Universidades Federais Mineiras em âmbito das características exploradas pelo REUNI, anteriormente e após sua implementação em sites oficiais do Governo Federal, do Ministério da Educação (MEC) e das próprias universidades federais do estado de Minas Gerais. Os dados utilizados foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), pelo MEC<sup>4</sup> e pelas próprias universidades através do Sistema de Informação ao Cidadão (E – SIC) através dos seus sites oficiais. A apresentação dos dados selecionados se deu por meio de tabelas e figuras que foram utilizados para a contextualização das universidades, discussão apresentada na análise dos resultados e conclusão.

O período analisado referem-se aos anos de 2007 e 2012. O primeiro, ano anterior à implementação do REUNI, e o segundo, o ano em que as metas deveriam ter sido cumpridas. Os aspectos qualitativos foram analisados através dos mecanismos de avaliações oficiais disponibilizados pelo Governo Federal, sendo o Índice Geral de Cursos (IGC) enfoque principal.

O IGC é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera em sua composição a qualidade dos cursos de graduação, usando o Conceito preliminar de curso (CPC) que é uma medida que engloba os conceitos do ENADE<sup>5</sup>, o Indicador de Diferença dentre os Desempenhos, Observado e Esperado- IDD e a variável de insumo (corpo docente, infraestrutura e programa pedagógico) que é formada através de dados do Censo da Educação Superior. Também foram utilizados para a análise dos aspectos qualitativos a titulação dos docentes e a oferta de infraestrutura ofertada para os alunos como Restaurantes e Moradias universitárias.

---

<sup>4</sup>Disponíveis na internet pelos sites: <http://www.inep.gov.br/> e <http://www.mec.gov.br/>.

<sup>5</sup> Exame Nacional de Desempenho dos estudantes realizado pelo INEP.

## **4 UM PANORAMA GERAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **4.1 Contexto histórico**

As Universidades são as principais bases de formação, criação de conhecimento e exploração científica. A história das universidades mineiras tem seu começo no período colonial. O estado de Minas Gerais possui distribuídas em seu território o maior número de Universidades Federais se comparado com os outros estados brasileiros, no total são 11. Muitas delas foram pioneiras em ensino e possuem os cursos mais antigos do país.

A Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, de acordo com o site oficial da instituição (UFOP, 2013), possui o curso mais antigo do estado, a Escola de farmácia, primeira escola de ensino superior do estado, sendo sua criação datada em 1839. Posteriormente, em 12 de outubro de 1876, na cidade foi criada a Escola de Minas, ambos funcionando independentes um do outro. A UFOP foi instituída como Universidade em 21 de agosto de 1969 a partir da incorporação dessas duas faculdades centenárias pré-existentes na cidade. Por sua sede se situar em uma cidade com mais de 300 anos, a instituição possui uma grande preocupação com a preservação da história da cidade aliada com o desenvolvimento da região, mantendo museus, projetos de restauração e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo.

A Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade mais antiga do estado mineiro, de acordo com dados fornecidos pelo site oficial (UFMG, 2013) surgiu com as mesmas características da UFOP, aglomerando faculdades já pré-existentes na cidade. Na época, sua constituição se deu a partir da união de quatro escolas: a Faculdade de Direito criada em 1892 que havia sido transferida de Ouro Preto junto com a mudança das capitais do estado, a Escola livre de Odontologia criada em 1907, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia, ambas datadas de 1911. A Instituição foi criada em 1927 na cidade de Belo Horizonte como faculdade privada, subsidiada pelo estado com o nome de Universidade de Minas Gerais – UMG. Sua federalização ocorreu no ano de 1949, porém o nome Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG passou a ser adotado somente em 1965; na década de 40 a instituição incorporou ao patrimônio territorial da Universidade uma extensa área, na região da Pampulha, para a construção da Cidade Universitária, sede da Universidade até os dias atuais, a UFMG é uma das instituições mais respeitadas do país.

A segunda Universidade mais antiga do estado mineiro, a Universidade Federal de Lavras – UFLA, surgiu em 1898 proveniente da Escola Agrícola de Lavras, passando depois em 1938 a Escola Superior de Agricultura de Lavras, de acordo com o site oficial da instituição (UFLA, 2013). Sua federalização ocorreu em 1963, porém a nomenclatura atual passou a ser usada somente em 1994 com incorporação de novos cursos. A UFLA consolidou-se pelo seu pioneirismo na expansão, pois a mesma introduziu o primeiro silo aéreo para armazenagem de grãos no Estado, um dos primeiros tratores a arar terras brasileiras e promoveu a primeira Exposição Nacional do Milho e a primeira Exposição Agropecuária de Minas Gerais.

O estado mineiro também conta com a décima escola de engenharia mais antiga do Brasil, que tempos depois veio a se transformar na Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI. De acordo com os dados oficiais fornecidos no site da Instituição (UNIFEI, 2013), sua fundação ocorreu em 23 de novembro de 1913 como Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá – IEMI, seu reconhecimento federal aconteceu em 05 de janeiro de 1917 e sua federalização em 30 de janeiro de 1956 sendo que sua nomenclatura alterada em 16 de abril de 1968 para Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI. A transformação para Universidade veio a partir da universalização e desmembramento dos cursos oferecidos, concretizando-se em 24 de abril de 2002 por sanção de lei do então Presidente Fernando

Henrique Cardoso. De acordo com a UNIFEI (2013), a universidade tem imbuída em sua missão a formação de cidadãos comprometidos com a geração e disseminação de conhecimentos que contribuam para uma efetiva qualidade de vida da sociedade local, regional e nacional.

No ano seguinte a criação da escola de engenharia, foi criada na cidade de Alfenas em 1914 a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – EFOA, sendo reconhecida pelo Governo do estado de Minas Gerais em 11 de setembro de 1915 e pelo Governo Federal em 23 de março de 1932. Baseado nos dados oficiais do site da Instituição (UNIFAL, 2013), a EFOA teve sua federalização constituída em 18 de dezembro de 1960, apresentando grande expansão, o que a levou ser transformada em Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL em 29 de julho de 2005 com grande destaque na qualidade do ensino, pois vinha apresentando bons resultados em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Anos depois, em 30 de março de 1922 quando Arthur da Silva Bernardes era Governador do estado de Minas Gerais foi criada a como Escola superior de Agricultura e Veterinária – ESAV na cidade de Viçosa. Baseado em dados oficiais do site da Universidade (UFV, 2013), a escola veio a ser inaugurada somente em 28 de agosto de 1926, quando Arthur da Silva Bernardes era então Presidente da República. Nos anos seguintes a sua fundação, foram incorporados cursos superiores a ESAV, como o Curso superior de Agricultura e o Curso superior de Veterinária. Em 1948, com o intuito de desenvolver a Escola, o Governo do Estado transforma-a em Universidade Rural do estado de Minas Gerais - UREMG, incluindo mais dois novos cursos, a Escola Superior de Ciências Domésticas e a Escola de Especialização (pós-graduação), sendo assim, com sua base consolidada e amplo desenvolvimento a instituição foi federalizada em 15 de julho de 1969 com o nome usado atualmente, Universidade Federal de Viçosa - UFV. Como tradição a área agrária é a que dá mais renome a Instituição, sendo respeitada no país e no exterior.

Com o intuito de expandir, distribuir e de interiorizar o ensino superior no estado e para atender uma grande área do estado, as regiões norte e nordeste foram fundadas a UFTM e a UFVJM. De acordo com os sites oficiais da UFTM e UFVJM (2013), no ano de 1953 o então Governador do estado Juscelino Kubitschek funda as Faculdades de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM, atual Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e a Faculdade Federal de Odontologia de Medicina – FAFEOD, atual Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, ambas federalizadas no ano de 2005.

Na década seguinte, em 1960 quando Juscelino já era Presidente da República, cria a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF com o intuito de gerar um pólo acadêmico e cultural na região do Sudeste Mineiro – Zona da Mata. De acordo com os dados oficiais do site da UFJF (UFJF, 2013), a criação da Universidade influenciou economicamente a região e a expansão da cidade de Juiz de Fora, não deixando de lado a preocupação social. A UFJF demonstra essa preocupação desenvolvendo projetos relacionados a cooperativas e formando convênios com movimentos sociais como o MST que possibilitou a criação do curso de Especialização em estudos Latino-Americanos.

Na mesma década, porém no final, em 1969 surge a Universidade Federal de Uberlândia – UFU, de acordo com o site oficial da instituição (UFU, 2013) em 14 de agosto com o nome de Universidade de Uberlândia – UNU. Ela foi constituída a partir da integralização de 6 Escolas superiores pré existentes na cidade: o curso de Música (1957), a Faculdade de Direito (1959), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1960), a Faculdade de Ciências Econômicas (1963), a Faculdade Federal de Engenharia, esta pública (criada por lei em 1961, com início em 1965), e a Escola de Medicina (com início em 1968). Em 24 de maio de 1978 ocorreu sua federalização, adotando o nome usado atualmente. A UFU é responsável também pela Escola de Educação Básica – ESEBA e pela Escola Técnica de Saúde – ESTES.

Em 1986, 17 anos após a criação da UFU, surge a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, a mais nova das Universidades Mineiras, tendo sua origem em 18 de dezembro com o nome de Fundação de Ensino Superior de São João Del - Rei – FUNREI a partir da união de três escolas de ensino superior situadas na cidade. Baseado nos dados do site oficial da UFSJ (UFSJ, 2013), as faculdades pré-existentes eram: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e da Faculdade de Engenharia Industrial. A federalização veio tardiamente em 19 de abril de 2002 quando a instituição assumiu o nome de Universidade Federal de São João del - Rei. A UFSJ é outra Universidade que possui o Campus cede em uma cidade histórica, o que a leva a ter uma grande preocupação com questões culturais e turísticas, realizando projetos voltados para essa área como o já tão popular Inverno Cultural, que acontece anualmente no mês de julho trazendo shows e projetos culturais para a cidade e cidades vizinhas.

As universidades mineiras agregam grande valor ao ensino superior brasileiro, a presença das mesmas colaborou e ainda colabora para o desenvolvimento do estado e do país, dando oportunidade a vários ingressantes, mineiros ou não, de se adequarem para as exigências do mercado de trabalho e assim adquirir conhecimento, aprimorar tecnologias e desenvolver mercados.

#### 4.2 Estrutura acadêmica

Grande parte das Universidades Federais do estado de Minas Gerais são numericamente significativas, contendo pluralidade nos cursos oferecidos, professores com elevadas titulações e grande número de vagas para ingressantes. Os dados utilizados no corpo do texto a seguir são dados oficiais disponibilizados por cada instituição.

**Tabela 1 – Número de alunos matriculados\* nas Universidades Federais de Minas Gerais por instituições no ano de 2012**

Universidade	Graduação	Pós-Graduação	Especialização	Residência Médica	Ed. Básica e Profissionalizante	Outros	Total
UFMG**	30.957	7.375	7.061	402	1.694	1.765	49.245
UFV	14.535		4.172		1.779		20.486
UFU	18.189	1.978	-	-	-	-	20.167
UFJF	10.822	823	4.716		2.687	-	18.868
UFLA	8.360	1.960	6.261	-	-	-	16.581
UFSJ	10.268	432	-	-	-	-	10.700
UFOP							10.694
UNIFEI	6.353	1.338	-	-	-	-	7.691
UFVJM	7.318	260	-	-	-	-	7.578
UNIFAL	4.996	277					6.403
UFTM	3.922	299	67	183	612	39	5.122

\* Os dados utilizados incluem os novos campi criados pelo REUNI

\*\* Dados de 2011

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades do ano de 2012.

De acordo com a tabela 1, em relação ao total do número de alunos, temos a UFMG com a maior população universitária com aproximadamente 50.000 estudantes, em seguida em proporções menores temos em ordem das universidades do maior para o menor número de alunos a UFU, UFV, UFJF e UFLA que ficam entre 21.000 e 15.000. Abaixo estão as universidades com número de alunos entre 11.000 e 5.000 alunos, sendo UFSJ, UFOP, UNIFEI, UFMJM, UNIFAL e UFTM em ordem decrescente.



**Tabela 2 – Número de cursos ofertados\* pelas Universidades Federais de Minas Gerais no ano de 2013**

Universidades	Graduação	Programas de Pós-Graduação	Mestrados	Doutorados	Cursos a distancia	Outros	Total
UFMG	76	76	71	63	47	2	259
UFJF	34	-	24	9	13	64	146
UFU	68	-	35	18	3	2	126
UFV	67	23	40		6	11	124
UFLA	23		20	18	5		66
UFOP	37	18			4	5	64
UFSJ	41	16			1		58
UNIFAL	38	12	12	3	3		56
UFVJM	33		12		1		46
UNIFEI	29	11		15			44
UFTM	23		8				31

\*Os dados apresentados já incluem os cursos instituídos a partir do REUNI

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades no ano de 2013.

De acordo com a Tabela 2, no que condiz ao número de cursos, a UFMG novamente é a universidade mais expressiva numericamente, tendo seus cursos distribuídos em seus dois Campi, a sede em Belo Horizonte e o outro na cidade de Montes Claros. A UFJF mesmo possuindo menos alunos do que a UFU e a UFMG, é a segunda universidade mineira a oferecer mais cursos, sua sede é em Juiz de fora e possui campus em Governador Valadares. A UFU, terceira universidade a oferecer mais cursos e os distribuí em seus 4 Campi, sendo a sede em Uberlândia e os outros localizados em Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. A UFMG que tem campi em Florestal, Rio Paranaíba e sede em Viçosa, é a quarta Universidade a oferecer mais cursos em Minas Gerais. Com números bem inferiores as universidades citadas seguem em ordem numérica a UFLA; a UFOP que é constituída por três Campi: João Monlevade, Mariana e a sede em Ouro preto; a UFSJ que possui campi nas cidades de: São João Del-Rei (sede), Divinópolis, Sete Lagoas e Ouro Branco; a UFMG que possui sua sede em Diamantina e campus em Teófilo Otoni; a UNIFEI que possui campus em Itabira e Itajubá (sede); a UFTM tem sua sede em Uberaba e a UNIFAL, que tem sua sede em Alfenas e Campi em Poços de Caldas e Varginha.

**Tabela 3 – Número de Docentes\* das Universidades Federais do estado de Minas Gerais no ano de 2012**

Universidades	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores/ Pós Doutores	Outros	Total
UFMG**	50	-	369	2.226	-	2.743
UFU	17	57	351	1.075	-	1.500
UFV	45	39	282	834	-	1.201
UFOP	33	21	287	523		864
UFJF	118		208	443	-	769
UFSJ	14	17	141	468		640
UFLA		2	53	420	74	549
UNIFEI	1	3	112	266	-	382
UFVJM	5	11	169	255	-	431
UFTM	10	15	157	278	35	495
UNIFAL	2	1	96	317		416

\*Os dados já incluem os novos Campi

\*\*Dados de 2011

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades no ano de 2012.

A tabela 3 apresenta o número de Docentes em cada Universidade, comprovando que a UFMG é a Instituição mais numericamente significativa do estado. Podemos analisar a partir dos dados apresentados que o número de Doutores e/ou Pós-Doutores é o mais representativo em todas as Instituições, comprovando o comprometimento de todas com a intenção de oferta de ensino com qualidade.

#### 4.3 A adesão das Universidades Federais Mineiras ao REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído em 24 de abril de 2007, surgiu como a principal pauta do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE voltada para o ensino superior público e representou grande oportunidade para que as Universidades Federais se desenvolvessem e ampliasse o acesso da população brasileira ao ensino superior público. De acordo com o Ministério da Educação – MEC (MEC, 2013), o principal objetivo do programa era o de ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública. O Governo Federal possibilitou a expansão das universidades federais através de várias medidas que englobavam expansão física, acadêmica e pedagógica. Dentre as principais ações temos o aumento no número de vagas nos cursos de graduação, aumento na oferta de cursos noturnos para privilegiar quem trabalha, inovações pedagógicas e o combate a saída dos alunos.

Baseado em suas metas as instituições teriam a oportunidade de integração voluntária ao Programa, sendo a proposta de adesão votada em seus distintos Conselhos Superiores, se aprovado deveriam encaminhar ao Ministério da Educação um documento constando suas metas para Reestruturação e Expansão. Em Minas Gerais, todas as Universidades Federais aderiram ao Programa focando basicamente no aumento de número de vagas e de cursos, porém em datas diferentes. Tal adesão mostra o comprometimento e interesse das instituições mineiras com a proposta de crescimento com reestruturação, dando a oportunidade de melhorar a qualidade e inovar suas Universidades. Abaixo, a Tabela 4 apresenta as datas do momento que cada uma aderiu ao REUNI.

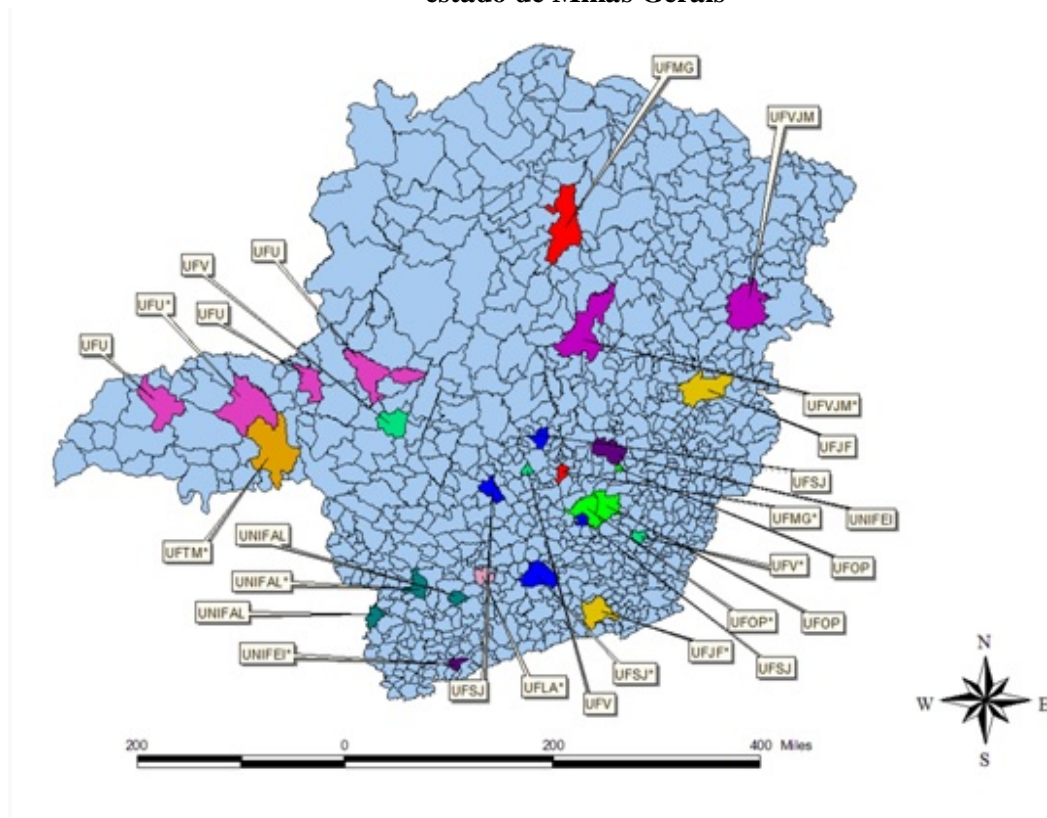
**Tabela 4 – Datas da adesão das Universidades Federais do Estado de Minas Gerais ao REUNI**

UNIVERSIDADES	DATA DA APROVAÇÃO DA ADESÃO
UFV	23 de agosto de 2007
UFJF	22 de outubro de 2007
UFMG	25 de outubro de 2007
UFSJ	25 de outubro de 2007
UFTM	25 de outubro de 2007
UFLA	26 de outubro de 2007
UFU	07 de dezembro de 2007
UFVJM	07 de dezembro de 2007
UNIFAL	07 de dezembro de 2007
UFOP	14 de dezembro de 2007
UNIFEI	14 de dezembro de 2007

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades nos anos de 2007 e 2008.

A Figura 1 apresenta as localizações dos campi de cada Universidade Mineira, dando a oportunidade de vislumbrar a expansão física que o REUNI possibilitou para o ensino superior público, com o foco principal de interiorização na oferta de vagas. Ressaltando que algumas universidades como a UFMG que possui campus em Montes Claros, já possuíam campus em outras cidades anterior ao programa.

**Figura 1 – Localização das cidades que possuem Campi das Universidades Federais do estado de Minas Gerais**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades

Destaca-se a situação da UFSJ, UFJF e UFV, que foram as universidades que mais conseguiram distribuir seus novos campi pelas regiões do estado. A UFSJ localizada na região Campo das Vertentes se expandiu para cidades localizadas no centro-oeste e central do estado, sendo respectivamente, Campus Centro Oeste Dona Lindu na cidade de Divinópolis, o Campus Alto Paraopeba em Ouro Branco e o Campus Sete Lagoas em Sete Lagoas. A UFJF, localizada na região da Zona da Mata, teve seu novo Campus criado na cidade de Montes Claros, que fica no Norte do estado. A UFV que também está localizada na região da Zona da Mata, interiorizou oferta de suas vagas e teve seus novos campi criados em Rio Paranaíba na região do Alto Paranaíba e o Florestal localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado, em 2006 antes do REUNI.

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

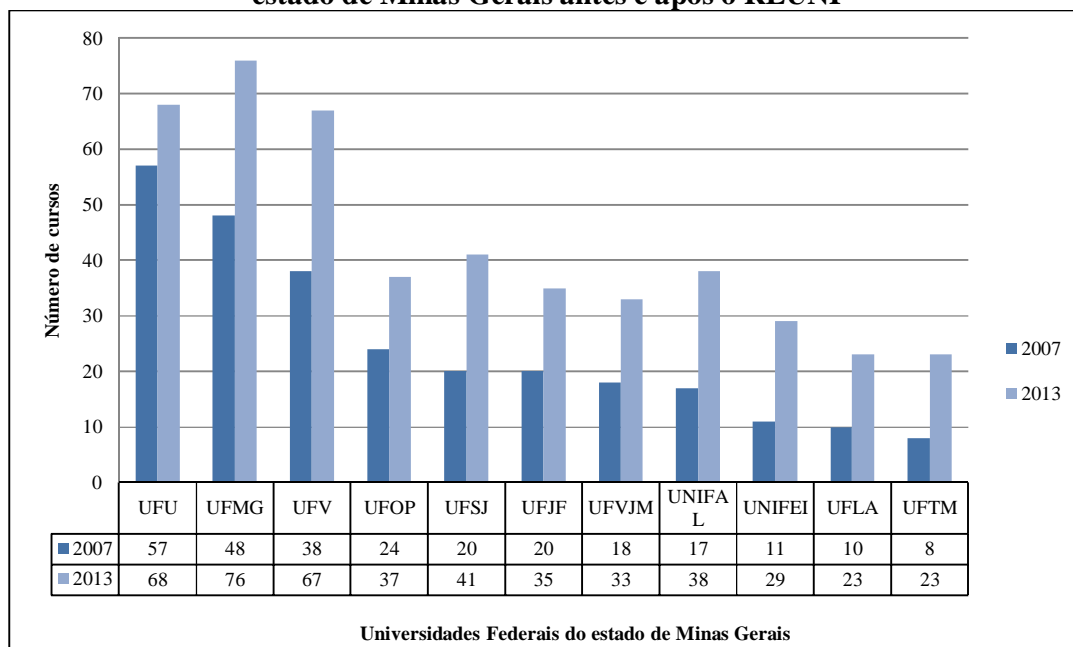
### **5.1 A expansão quantitativa**

Em relação ao aspecto quantitativo, o decreto que instituiu o REUNI estipulava como principais objetivos o aumento no número de vagas para ingressantes nos cursos de graduação, que seria atendido através da oferta de novos cursos e expansão dos já existentes. Também visava o aumento do número de professores, para suprir a demanda criada pela abertura das novas vagas e o melhoramento da infra-estrutura das universidades, construindo e readequando o que fosse necessário.

No que diz respeito aos cursos de graduação, a Figura 2 mostra como o REUNI influenciou no crescimento da oferta do número de cursos de graduação nas instituições de ensino superior federal, apresentando o número de cursos pré-existentes no ano de sua criação

(2007) e o número de cursos em 2013, ano posterior ao ano (2012) que as metas deveriam ser alcançadas. Cada universidade estipulou separadamente suas metas em seus programas de expansões enviados ao Ministério da Educação, sendo a maioria percentual, não numérica e com intenções expansivas.

**Figura 2 – Número de cursos de graduação ofertados pelas Universidades Federais do estado de Minas Gerais antes e após o REUNI**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades.

Assim, de acordo com a Figura 2, pode-se observar uma grande elevação no número de cursos de graduação ofertados por cada universidade (UFU-11, UFMG-28, UFV-29, UFOP-13, UFSJ-21, UFJF-15, UFMG-15, UNIFAL-21, UNIFEI-18, UFLA-13 e UFTM-15) e, conseqüentemente, aumento no número de vagas para a entrada de novos alunos. As instituições que ofereciam um menor número de cursos como a UNIFAL, UNIFEI, UFLA e UFTM tiveram um aumento de mais de 100% no número dos mesmos. A UFU, que antes ocupava o primeiro lugar em número de curso, após o implementação do plano foi ultrapassada pela UFMG, atualmente, a maior universidade do estado numericamente (UFMG, 2013). Todas as outras instituições (UFOP, UFSJ, UFJF e UFMG) também tiveram elevação significativa na oferta de seus cursos de graduação, mostrando que no estado de Minas Gerais, as Universidades Federais responderam positivamente à principal meta do Programa.

O aumento na oferta no número de cursos de graduação estava intrinsecamente ligado a proposta de expansão no número de vagas ofertadas nos vestibulares a partir do ano de 2008. Segundo o documento que constava as Diretrizes Gerais do REUNI (BRASIL, 2007) o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno era uma prioridade do programa, visando contemplar os cidadãos que não possuíam a possibilidade de ingressar em uma faculdade devido ao trabalho. A tabela abaixo apresenta os dados da elevação do número de vagas ofertadas por cada instituição em seus vestibulares antes e após o REUNI

**Tabela 5 – Número de total de vagas ofertadas nos cursos de graduação nas universidades federais do estado de Minas Gerais, antes e após o REUNI**

Universidades	Número de vagas graduação em 2007	Número de vagas graduação em 2012	Varição%
UFMG	4.674	6.670*	42,70%
UFU	2.910	4.663	60,24%
UFJF	2.115	2.927	38,39%
UFV	1.935	3.300	70,54%
UFOP	1.130	2.587	<b>128,93%</b>
UFVJM	1.010	1.930	91,08%
UFSJ	790	2.605	<b>229,74%</b>
UNIFAL	765	1.499	95,94%
UFLA	704	1.930	<b>174,14%</b>
UFTM	320	1.324	<b>313,75%</b>
UNIFEI	250	1.395	<b>458%</b>

\*Dados de 2011

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades.

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 5, ficou evidente que o REUNI possibilitou um grande aumento no número de vagas ofertadas nas instituições superiores federais mineiras. Tal processo foi possível através da criação dos novos cursos de graduação e expansão dos já existentes. As universidades consideradas de menor porte, devido anteriormente ao programa apresentarem números quantitativos não tão expressivos, como a UFSJ, UFTM e UNIFEI, apresentaram elevações superiores a 200% no número de suas vagas mostrando a capacidade de expansão possibilitada pelo REUNI. A UFOP e a UFLA também se destacaram nessa elevação, praticamente dobrando a oferta de suas vagas de ingresso.

Mas, como já destacado anteriormente, a prioridade de oferta das mesmas em cursos noturnos que deveriam ser expandidas e acompanhar a criação dos novos cursos não foi contemplada por muitas universidades. A Tabela 6 mostra a variação no número de vagas ofertadas nos cursos matutino-integrais e noturnos nas universidades mineiras, possibilitando melhor entendimento em relação à expansão no número de vagas nos cursos noturnos.

**Tabela 6 – Variação no número de vagas ofertadas para o ingresso em vestibulares das universidades federais do estado de Minas Gerais, antes e após o REUNI**

Universidades	Número de vagas graduação em 2007		Número de vagas graduação em 2012		Variação	
	Diurnos	Noturnas	Diurnos	Noturnas	Diurnos%	Noturnas%
UFMG	3.693	981	5.121*	1.549*	38,66%	57,90%
UFU	1.990	920	3.483	1.180	75,02%	28,26%
UFJF	1.555	560	2.148	779	38,13%	39,10%
UFV	1.265	670	2.595	705	105,13%	5,22%
UFOP	780	350	1.443	1.144	85%	<b>226,86%</b>
UFVJM	389	630	832	1.098	113,88%	74,28%
UFSJ	230	560	1695	910	<b>636,96%</b>	62,50%
UNIFAL	565	200	897	602	59,76%	<b>201%</b>
UFLA	496	208	1.448	482	<b>191,93%</b>	<b>131,73%</b>
UFTM	260	60	844	480	<b>224,61%</b>	<b>500%</b>
UNIFEI	175	75	1.215	180	<b>594,28%</b>	<b>140%</b>

\*Dados de 2011

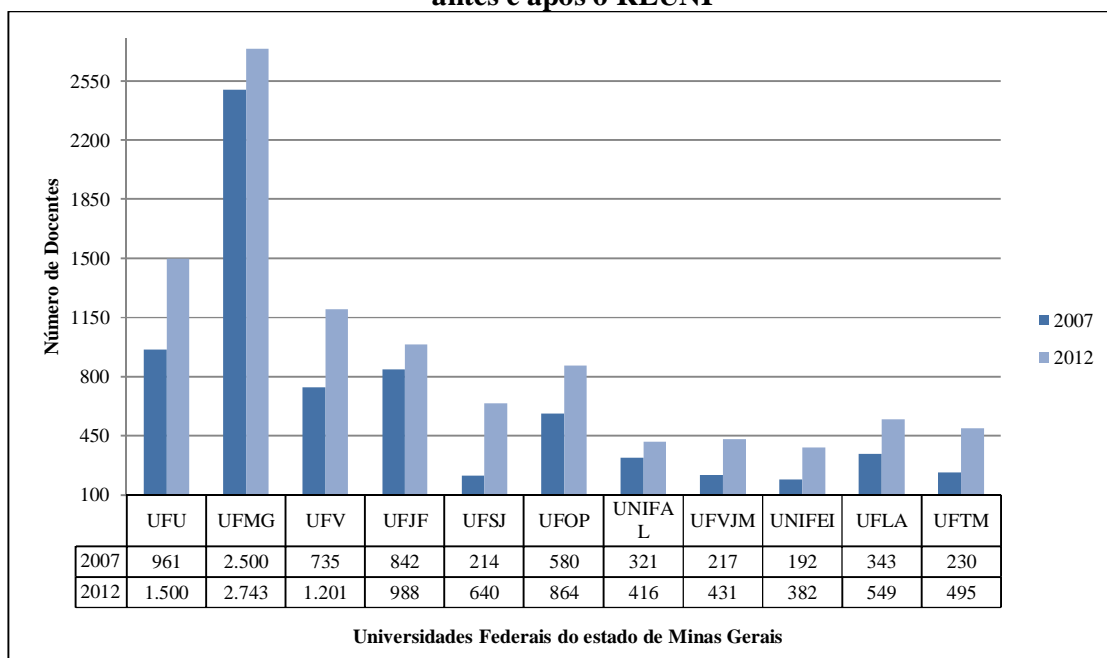
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, a expansão nas vagas ofertadas em cursos noturnos pode ser observada, porém verificou-se um maior aumento na oferta de vagas para cursos diurnos. A UFSJ seguida pela UNIFEI foram as instituições que mais elevaram a sua oferta de vagas em cursos diurnos apresentando variações próximas a 600%. A UFV, UFVJM, UFLA e UFTM também obtiveram variações significativas nas suas vagas para cursos durante o dia, sendo que todas mais que dobraram a oferta em relação ao período anterior ao REUNI. Poucas universidades priorizaram a meta proposta de aumento nas vagas em cursos noturnos, a UFTM, instituição que ofertava poucas vagas e cursos para ingresso antes do programa foi a que mais se preocupou com a mesma, apresentando uma ampliação de 500% em suas vagas para cursos a noite. Outras universidades como a UFOP e UNIFAL, também expandiram substancialmente suas vagas noturnas, com variações acima de 130%. A UFLA e UNIFEI mesmo aumentando vagas a noite, passaram a priorizar a elevação das vagas diurnas.

Algumas das universidades federais mineiras possuíam a característica de serem universidades noturnas, como a UFVJM e a UFSJ, que apresentavam a maioria das suas vagas em cursos no período da noite, sendo assim, a meta estipulada pelo REUNI não era interessante para elas, pois a infraestrutura existente possibilitava expansão diurna nas suas vagas. Porém, instituições como a UFMG, UFU e UFV, que possuíam muito mais vagas nos cursos diurnos não aproveitaram sua infraestrutura ociosa durante o período noturno para aumentar suas vagas em cursos a noite, mostrando o desfavorecimento a meta proposta por essas universidades que são consideradas mais tradicionais e que teriam mais facilidade para a realização da meta proposta.

Outro ponto importante foi a contratação de novos docentes, que se fez necessária diante da oferta dos vários novos cursos e aumento no número de vagas na graduação. Já que algumas instituições aumentaram a oferta de vagas em mais de 100%, sendo assim, o número de docentes também deveria ser ampliado. Abaixo, a Figura 3 apresenta o número de docentes nas universidades mineiras antes do REUNI, no ano de 2007 e após o REUNI no ano de 2012.

**Figura 3 – Número de Docentes nas Universidades Federais do estado de Minas Gerais, antes e após o REUNI**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades nos anos de 2007 e 2012.

A partir da análise dos dados apresentados na Figura 3, é visível a elevação da contratação de novos docentes, sendo elas de 539 novos professores na UFU, 243 na UFMG, 466 na UFV, 146 na UFJF, 426 na UFSJ, 284 na UFOP, 95 na UNIFAL, 214 na UFVJM, 190 na UNIFEI, 206 na UFLA e 265 na UFTM; totalizando 3.074 novos professores. A UFU, UFV e UFSJ foram as instituições que mais contrataram docentes.

Contudo, o aumento na contratação de novos docentes não acompanhou a elevação no número de vagas ofertadas, mostrando que a meta de se ter uma porcentagem maior de professores por alunos não foi contemplada (TABELA 7).

**Tabela 7 – Variação no número de vagas ofertadas e na contratação de Docentes pelas universidades federais do estado de Minas Gerais antes e após o REUNI**

Universidades	Variação no número de vagas	Variação na contratação de Docentes
UFMG**	42,70%	9,72%
UFU	60,24%	56,08%
UFJF	38,39%	17,33%
UFV	70,54%	63,40%
UFOP	<b>128,93%</b>	48,96%
UFVJM	91,08%	98,61%
UFSJ	<b>229,74%</b>	<b>199,06%</b>
UNIFAL	95,94%	33,95%
UFLA	<b>174,14%</b>	60,05%
UFTM	<b>313,75%</b>	<b>115,21%</b>
UNIFEI	<b>458%</b>	98,95%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades.

A Tabela 7, que apresenta a variação no número de vagas ofertadas e na contratação de Docentes, antes e após o REUNI, possibilita uma melhor visualização em relação à meta citada. Verifica-se que, em todas as instituições federais mineiras, a variação na oferta de vagas foi superior à variação na contratação de novos docentes. Em alguns casos, como o da UFU, UFV, UFVJM e UFSJ houve uma maior proximidade nas variações, mostrando que essas instituições se preocuparam em elevar proporcionalmente ou mesmo manter os números pré-existentes da relação alunos/docentes. Outras, como a UFOP, UFLA, UFTM e UNIFEI apresentaram grande disparidade, ofertando muito vagas e contratando poucos professores em relação às mesmas. Tal acontecimento desfavorece a qualidade do ensino e a produção científica dos docentes, que ficam comprometidas em detrimento a maior dedicação a planejamento/efetivação de aulas.

A dificuldade encontrada para contratação de novos docentes pode ser influenciada por diversos fatores. O primeiro pode ser financeiro, devido à possibilidade do governo não ter liberado a autorização para a contratação. Também podem ter influencia aspectos institucionais, por falta de organização das próprias universidades. E, por fim, a ausência de mão de obra qualificada no mercado, já que para melhorar a qualidade de índices de ensino e pesquisa, as universidades buscam profissionais com altos níveis de titulação.

Autores como Ledá e Mancebo (2008), corroboram a análise, acreditando também que o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno desacompanhadas de um aumento expressivo de recursos orçamentários e do quadro docente efetivo (e concursado) implicarão, necessariamente, em perda da qualidade acadêmica. Assim, de acordo com Afonso, Garcia e Ramos (2012), na direção de enfrentar os desafios de uma expansão do ensino superior qualificada, nos próximos anos, é preciso reconhecer particularmente o papel e a capacidade das instituições públicas de se reinventarem por meio da reflexão coletiva e do debate qualificado.

## 5.2 A análise qualitativa

Com o objetivo de analisar se a expansão fomentada pelo REUNI afetou a qualidade do ensino oferecido pelas universidades federais do estado de Minas Gerais, este tópico analisa o Índice Geral de Cursos – IGC, que possibilita uma visão generalizada da qualidade dos cursos ofertados; a participação de professores doutores no total de docentes e a infraestrutura oferecida aos discentes nos campi das universidades mineiras.

Na tabela 7 apresenta-se o Índice Geral de Cursos (IGC). O IGC é calculado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), servindo como indicador de qualidade de instituições de ensino superior. As datas escolhidas para análise foram o ano de 2007 e de 2012, anos que definem o início e término da implementação do REUNI. O IGC – contínuo<sup>6</sup> usado na tabela, é um índice mais detalhado e quanto mais perto de 400 ele estiver, melhor será considerada a instituição. Posteriormente, as notas são transformadas em conceitos e aquelas acima de 395 são consideradas IGC em faixa máxima, que é a 5.

O IGC usa o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) para avaliar os cursos de graduação. O CPC é composto pela nota do Exame nacional de desempenho de estudantes (Enade), que avalia de três em três anos cada área de conhecimento. Sendo assim, o IGC é baseado em triênios, o IGC 2007 considerou os CPC's dos cursos que fizeram o Enade em 2005, 2006 e 2007 e o IGC 2012, os cursos que fizeram o Enade em 2010, 2011 e 2012, contemplando exatamente todos os anos do REUNI.

**Tabela 8 – Variação do Índice Geral de Cursos – IGC das Universidades Federais de Minas Gerais, anterior e posterior ao REUNI**

Universidades	IGC- contínuo 2007	IGC contínuo 2012	Número de cursos avaliados em 2012*	Variação %
UFV	417	401	46	-3,83%
UFMG	414	401	55	-3,14%
UFTM	402	404	10	0,49%
UNIFEI	381	356	11	-6,56%
UFLA	370	423	13	14,32%
UNIFAL	367	368	16	0,27%
UFOP	358	343	33	-4,18%
UFJF	353	360	37	1,98%
UFU	343	350	57	2,04%
UFSJ	339	340	21	0,29%
UFVJM	334	351	18	5,08%

\* O INEP não disponibiliza os dados relacionados ao número de cursos avaliados em 2007

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais em 2007 e 2012.

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 8, verifica-se que dentre as universidades federais mineiras, a UFV e a UFMG antes do REUNI eram as instituições que possuíam o melhor Índice Geral de Cursos, com IGC - contínuo acima de 400 e IGC - faixa igual a 5. A UFTM também se enquadrava nesse grupo. As outras universidades apresentavam bons desempenhos, com todas possuindo IGC - faixa 4 (entre 295 a 394), faixa essa que classifica, segundo os critérios do INEP, a instituição como de boa qualidade.

Em 2012, ano final do prazo de efetivação do REUNI, apenas a UNIFAL, UFSJ e UFTM obtiveram pequenas variações, porém positivas em seus índices, sendo

<sup>6</sup>O IGC - Contínuo considera aspectos relacionados à infra-estrutura, recursos didáticos e corpo docente.



respectivamente de 0,27%; 0,29%, e 0,49%. Todas as outras universidades passaram por variações positivas ou negativas acima de 1,97%. Contudo, é importante ressaltar que devido à metodologia utilizada para a avaliação dos cursos ser baseada em triênios acaba impossibilitando uma análise precisa e direta em relação à qualidade dos mesmos, pois como já vislumbrado, o REUNI possibilitou o aumento na oferta de cursos em um curto espaço de tempo.

A UFLA na avaliação de 2012 passou a ser a universidade mais bem conceituada do estado de Minas Gerais em termos de IGC - contínuo, apresentando elevação positiva de 14,32%, superior a todas as outras seis universidades que também conseguiram melhorar seus índices. A UFVJM, que possuía o menor índice entre as federais do estado obteve a segunda variação positiva mais significativa, porém com apenas 10 cursos sendo avaliados para a formação de sua nota em 2012, 2011 e 2010. Deve-se levar em consideração que antes do REUNI (2007), a instituição oferecia apenas 8 cursos, mostrando que alguns dos cursos avaliados pelo Enade 2012 foram avaliados pela primeira vez, expondo assim a fragilidade da avaliação do IGC, pois cursos novos ainda se encontram em período de estruturação.

Em relação a decréscimos, a UFMG obteve uma queda relevante, deixando de ser a segunda universidade federal mineira com melhor IGC – contínuo. Porém, a UFMG teve 55 cursos avaliados e a UFLA, universidade que obteve o melhor IGC – contínuo em 2012 apenas 13, reforçando que a avaliação de qualidade não pode ser realizada apenas com a comparação desse único índice.

O IGC- contínuo das universidades federais do estado de Minas Gerais sofreu variações bem equilibradas após o REUNI, com 36,36 % das instituições apresentando elevações significativas no índice e 36,36% quedas. Pode-se observar que as instituições que obtiveram decréscimos também foram as mesmas que tiveram maior elevação na oferta de novos cursos, sugerindo que a quantidade afetou a qualidade. A UFMG passou a oferecer 28 novos cursos após o REUNI, a UFV 29, a UNIFEI 18 e a UFOP 13.

A qualidade dos cursos está diretamente ligada à infra-estrutura disponível nas universidades (laboratórios, bibliotecas e salas interativas), estrutura curricular, titulação dos docentes, dentre outros. No REUNI, a expansão na oferta de novas vagas ocorreu abruptamente, criando uma defasagem nesses fatores que alteram a qualidade, pois não houve o atrelamento dos mesmos com a expansão. Isso pode ter ocorrido devido a não prioridade do Programa a eles, pois muitas universidades federais do estado de Minas Gerais, como a UFU (2010) que teve que ampliar o tempo de execução do plano para 2015, afirmaram que houve falta de recursos para investimentos, o que fez com que tais fatores não acompanhassem o crescimento. Isso ocasionou a oferta de um ensino fragilizado, influenciado também pelo aumento da exigência em termos de infraestrutura, devido aos cursos novos, em período de estruturação. Portanto, pode-se dizer que há grande influência desse aumento abrupto na expansão na queda da qualidade das instituições.

Outro aspecto que infere sobre a qualidade do ensino ofertado pelas universidades como já citado acima, é a titulação dos professores em exercício nas instituições. Na tabela 9 é apresentada a participação de doutores<sup>7</sup> no total de docentes nas universidades mineiras anterior ao REUNI e após, quando houve novas contratações dos mesmos para suprir a elevação quantitativa possibilitada pelo programa.

---

<sup>7</sup> A escolha pela análise da titulação de Doutores foi feita pelo motivo de se esperar de tal titulação mais experiência com pesquisas e conseqüentemente maior produção científica.

**Tabela 9 – Variação na participação de doutores no total de docentes das universidades do estado de Minas Gerais, antes e após o REUNI**

Universidades	Docentes Doutores em 2007		Docentes Doutores em 2012		Variação	
	Total	% Doutores / total de docentes	Total	% Doutores / total de docentes	Total	% Doutores / total de docentes
<b>UFMG</b>	1.750	70%	2.226	81,15%	27,20%	11,15%
<b>UFU</b>	880	66%	1.075	71,66%	22,15%	5,66%
<b>UFV</b>	569	77,41%	834	69,44%	46,57%	<b>-7,97%</b>
<b>UFJF</b>	468	61,41%	443	57,67%	-5,34%	<b>-3,74%</b>
<b>UFOP*</b>	348	60%	523	60,53%	50,28%	0,53%
<b>UFLA</b>	298	86,88%	420	76,50%	40,93%	<b>-10,38%</b>
<b>UNIFEI</b>	152	79,16%	266	69,63%	75%	<b>-9,53%</b>
<b>UFTM</b>	133	58%	278	56,16%	<b>109,02%</b>	<b>-1,84%</b>
<b>UFSJ</b>	129	55,60%	468	73,12%	<b>262,79%</b>	17,52%
<b>UFVJM</b>	101	46,54%	255	59,16%	<b>152,47%</b>	12,62%
<b>UNIFAL</b>	97	30,21%	317	76,20%	<b>226,80%</b>	45,99%

\*Dados de 2008

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades nos anos de 2007 e 2012.

Em relação quantidade de doutores antes e após o REUNI, verifica-se uma grande diferença entre as universidades, sendo que as mais antigas e tradicionais, como a UFMG, agregavam e agregam o maior número deles. Este fato também é diretamente proporcional ao número de cursos oferecidos pelas instituições e sua visibilidade, pois os cursos mais tradicionais e reconhecidos atraem melhores docentes.

Com base nos dados apresentados na Tabela 9, em relação à variação no número de doutores contratados, pode-se constatar a elevação, em termos absolutos, em 10 universidades federais mineiras, excluindo apenas a UFJF, que acabou tendo uma redução no número de docentes doutores. A UFSJ, UNIFAL, UFVJM e UFTM destacaram-se, com aumentos acima de 150% no seu quadro, o que pode significar a preocupação dessas instituições com a oferta de ensino com qualidade. Porém, ressalta-se que o aumento percentual foi mais elevado por possuírem anteriormente ao REUNI um número reduzido de doutores. Constata-se que mesmo com aumentos acima de 150%, ainda apresentam menos doutores em relação as universidades mais tradicionais.

Quando se analisa a participação do número de doutores no total de docentes, ou seja, em termos relativos, verificou-se aumento em apenas 6 instituições, com a UFSJ tendo maior destaque, elevando a participação de doutores no total de docentes em 46%. A UFLA, UNIFEI, UFV, UFJF e UFTM apresentaram decréscimo na suas proporções, tendo a UFLA o mais significativo, -10,38%. Grandes universidades como a UFV e a UFJF não conseguiram manter seus quadros de docentes com titulação elevada, alarmando em especial o caso da UFJF que teve seu número de doutores reduzido. A UFV quase dobrou o número de doutores contratados, porém a participação dos mesmos no número total de professores diminuiu, induzindo que a contratação de docentes com titulações inferiores foi maior que a de doutores.

O mesmo caso aconteceu com a UFTM que também dobrou o número de docentes doutores, mas apresentou queda na proporção. A instituição anteriormente ao REUNI possuía um baixo quadro de professores e após o programa teve a oportunidade de melhorar tal situação. Dessa forma, mesmo havendo a contratação de muitos doutores, a de professores com titulação inferior também foi maior como na UFV.

A qualificação dos docentes é extremamente importante para as universidades, tanto em termos de pesquisas, quanto em qualidade do ensino ministrado. Mesmo com todas as

universidades federais mineiras apresentando quadros de docentes compostos acima de 55% por doutores, a priorização de expansão quantitativa acabou afetando a busca por qualidade na hora da contratação dos docentes, destacando que isso pode acontecer devido ao mercado não oferecer profissionais tão qualificados.

De acordo com o Diário Oficial da União -DOU- (BRASIL, 2013), a Presidente Dilma Rousseff criou uma Medida Provisória que virou Lei 12.772/2012 exigindo o título de doutor entre os requisitos para contratação de docentes nas universidades federais do país. Porém, a Lei não conseguiu seu alcance desejado e foi revogada devido a defasagem de docentes doutores no mercado ser muito elevada, dificultando a executividade da mesma.

A ausência de docentes qualificados está relacionada com a qualidade do ensino oferecida pelas próprias universidades federais, pois é baseado nos recursos que elas e o Governo Federal oferecem que há a formação de novos doutores. O REUNI ofereceu propostas pra expansão da pós graduação, mas como a maioria dos cursos de doutorado tem duração de 4 anos e o REUNI foi implementado a apenas 5, não pode-se inferir colaboração do programa para a formação de mais docentes com maiores titulações. Outro fator que também afeta a qualidade do ensino e que era uma das propostas do REUNI, era a permanência dos alunos nas instituições. Uma das principais metas qualitativas, como meio de assegurar uma expansão com qualidade era a disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos (BRASIL, 2007).

A maioria dos alunos acaba se transformando em população flutuante nas cidades que cursam a universidade por morarem distantes das mesmas. O estado de Minas Gerais de acordo com dados da Sede – MG (2013) é o quarto maior em extensão territorial, acentuando ainda mais o problema. Os estudantes com baixa renda encontram grandes dificuldades por não terem condições financeiras para se manterem, sendo assim, uma maneira de se possibilitar melhores condições para facilitar a permanência dos estudantes nas universidades federais é a oferta de restaurantes e moradias universitárias.

Os Restaurantes Universitários – RU's oferecem refeições aos alunos com preços subsidiados pelas instituições, abrangendo toda a população universitária. Já as Moradias Universitárias são direcionadas aos alunos de baixa renda comprovada. A Tabela 10 mostra quais universidades mineiras possuem os mesmos e se a implementação deles ocorreu antes ou após o REUNI.

**Tabela 10 – Existência de Restaurantes Universitários e Moradias Universitárias nas universidades do estado de Minas Gerais, antes e após o REUNI**

Universidades	Restaurante Universitário		Moradia Universitária	
	Antes do REUNI	Depois do REUNI	Antes do REUNI	Depois do REUNI
UFMG	X		X	
UFU	X			X
UFJF	X		-	-
UFV	X		X	
UFLA	X		X	
UFSJ		X	-	-
UFOP	X		X	
UFVJM		X	-	-
UNIFAL		X	-	-
UFTM		X	-	-
UNIFEI		x*	-	-

\*Restaurante comercial

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites oficiais das universidades.

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 10, em relação aos RU's, constata-se a existência dos mesmos em todas as universidades federais mineiras, destacando apenas o caso da UNIFEI que possui um Restaurante comercial e que não oferece refeições subsidiadas. Instituições que anteriormente ao REUNI abrangiam um grande número de alunos como a UFMG, UFU, UFJF, UFV, UFLA e UFOP, já possuíam restaurantes universitários em suas sedes. O da UFLA, após os recursos do REUNI foi reformado e ampliado. A UFSJ, mesmo apresentando número de alunos equiparados ao da UFOP não possuía um RU em sua estrutura.

A maioria das universidades federais no estado de Minas Gerais oferecem poucas vagas em cursos noturnos e como no início dos cursos há uma grande dificuldade em encontrar estágios, a existência de um Restaurante universitário se torna essencial para ajudar a amenizar os custos e facilitar a permanências de alunos vindos de outras cidades. Porém, instituições como a UFVJM, UNIFAL, UFTM e UNIFEI antes do REUNI não ofereciam tal estrutura aos seus alunos. Após a implementação do Programa tais instituições tiveram a oportunidade de se expandir e conseqüentemente oferecer essa estrutura antes ausente. Apenas a UNIFEI ainda não construiu seu próprio restaurantes, deixando seus alunos dependentes de um restaurante privado.

É importante ressaltar que a todos os Restaurantes universitários existentes nessas universidades estão localizados nas cidades sedes das instituições. Apenas algumas, como a UFVJM (Campus vale do Mucuri) e a UFMG (Campus Montes Claros) estão os expandido para os outros campi sendo que as únicas universidades mineiras que não oferecem cursos em outras cidades ao não ser a sede são UFTM e UFLA. Isso mostra que a oferta do serviço aos alunos ainda é excludente, podendo acontecer por falta de recursos ou má administração dos mesmos pelas instituições.

No que diz respeito à moradia universitária, estrutura essencial para a permanência dos alunos de baixa renda nas universidades, verifica-se que, apenas 5 das Federais do estado mineiro oferecem essa estrutura, a UFMG, UFV, UFLA, UFOP e UFU. A única instituição que usou os recursos do REUNI para a construção das moradias foi a UFU. Geralmente as moradias são prédios situados próximos a localidade das universidades, construídos em terrenos doados ou adquiridos pelas mesmas, ou nos próprios campi. A UFOP configura um caso especial, oferecendo vagas em alojamentos com quartos individuais, apartamentos em uma vila operária e ainda vagas em repúblicas federais. Nos dois primeiros casos, a seleção é feita por critério econômico, já na última cada república tem autonomia para escolher seus moradores, mesmo com as casas pertencendo à universidade, realidade que afeta a autonomia da universidade e dificulta a executividade da política de assistência estudantil.

A ausência de moradia universitária nas outras 6 universidades federais, UFJF, UFSJ, UFVJM, UNIFAL, UFTM e UNIFEI demonstra a fragilidade das instituições mineiras nesse quesito. Mesmo todas possuindo programas de bolsas e auxílios a alimentação, moradia e permanência, há defasagens, já que a extensão dos programas é muito pequena, devido aos recursos provenientes para a área não serem proporcionais ao número de alunos que os necessita. A existência de moradia universitária, certamente contribui positivamente para a qualidade do aprendizado, dos cursos e dos profissionais formados, uma vez que o aluno de baixa renda não precisa ter uma atividade remunerada, podendo assim, se dedicar integralmente aos estudos.

É importante ressaltar que as metas estipuladas pelo REUNI, parecem ter sido espelhadas na experiência e estrutura de grandes universidades, que já possuíam infraestrutura e qualidade adequadas. Esse fato pode ter facilitado o cumprimento das metas por elas e desfavorecido as instituições mais novas e numericamente menores, pois as mesmas possuíam maiores dificuldades estruturais e acadêmicas se comparadas as universidades tradicionais.

Devido à universalização da educação superior pública, diretriz totalmente desejável existente nos preceitos do REUNI, houve uma massificação do estudo universitário, o que de acordo com Lúcia Bruno (2011, pag. 551) “diz respeito à redução da educação às exigências estritas do mercado de trabalho tanto no que se refere aos conhecimentos por ele requeridos quanto à imposição da disciplina necessária às formas de organização do trabalho e de vida contemporâneos”. Aumentaram-se os números de novos possíveis alunos graduados, porém defasados de capacidade crítica devido ao um ensino com qualidade precarizada por essa elevação. O que também é corroborado por Ledá e Mancebo (2008, pag. 61) que dizem que “o desemprego em massa dos jovens não pode ser apontado como uma decorrência nefasta da não universalização do ensino universitário, justificando, assim, a urgência de reformas que ampliem, mesmo que ao custo da qualidade, o acesso a esse nível de ensino”, confirmando a necessidade da preocupação com a qualidade do ensino ofertado.

## 6 CONCLUSÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi criado com a intenção de reestruturar e expandir o ensino superior público, através de elevações numéricas atreladas a qualidade do ensino, usando diretrizes para expor suas metas.

Em relação aos aspectos quantitativos, o REUNI tinha como objetivo principal aumentar o número de ingressantes nas universidades federais através da criação de novos cursos e aumento no número de vagas oferecidas nos já existentes, preocupando-se ainda em melhorar a relação do número de professores por aluno. Havia também a prioridade para a criação de vagas em cursos noturnos.

Como as universidades federais existentes no estado de Minas Gerais são muito heterogêneas, existiu a dificuldade de conclusão de metas para algumas e a facilidade para outras. Mesmo com todas as universidades analisadas conseguindo concretizar a elevação no número de cursos e de vagas, a prioridade de fazê-las em cursos noturnos não aconteceu em todas. A completa realização dessa meta seria de extrema importância para a inclusão dos alunos nas universidades, pois daria a oportunidade aos mineiros que têm que trabalhar durante o dia a possibilidade de poder ingressar em um curso superior em uma instituição federal.

A preocupação com a contratação de novos docentes aconteceu em todas as universidades federais mineiras, porém a elevação desse número não conseguiu acompanhar a elevação no número de vagas ofertadas, descaracterizando também o cumprimento da meta de aumento no número de professores por alunos.

No que condiz a qualidade, foi corroborada a hipótese do trabalho, mas com grande variação nos resultados entre as instituições, pois nenhuma obteve um perfil definido no cumprimento das metas. A pesquisa baseou-se na hipótese de que as metas qualitativas não conseguiram ser cumpridas no prazo estipulado e isso foi verificado. Todos os fatores utilizados para tal constatação em muitas universidades apresentou variações negativas, mostrando que o REUNI afetou a qualidade que elas possuíam. O crescimento pautado na qualidade é que faz germinar verdadeiras mudanças na educação.

Fatores como a queda no Índice Geral dos Cursos (IGC), diminuição na proporção dos doutores no total de docentes e a falta de infra-estrutura necessária em algumas das universidades federais mineiras, atestam a dificuldade da execução das metas qualitativas

A elevação numérica foi significativa e ocorreu em um curto espaço de tempo, o que dificultou o seu atrelamento aos aspectos qualitativos, pois os resultados de qualidade requerem um espaço de tempo maior para conquistá-los. Sendo assim, os aspectos

quantitativos e qualitativos obtiveram resultados distantes. A qualidade acabou sendo afetada pelo crescimento descoordenado, indicando que muitas universidades não estavam e ainda não estão preparadas para receber tantos novos alunos. Destacando que as metas do REUNI pareciam se basear na experiência das universidades mais tradicionais, o que pode ter desfavorecido as pequenas instituições a efetivarem as metas e também ter convergido os resultados apresentado por elas com os das grandes universidades.

A educação possui inúmeras externalidades positivas, como a conquista de melhores salários, melhor qualidade de vida, dentre outros, que só são adquiridas quando se formam bons profissionais. A oportunidade de aumentar a escolaridade média dos cidadãos mineiros através do ensino público foi possibilitada pelo REUNI, porém não se pode ignorar a importância da qualidade do ensino para a formação desses novos estudantes.

É possível constatar a realização de interiorização do conhecimento, com abertura de vários novos campi, facilitando o ingresso de alunos antes impossibilitados pela distância. Segundo o documento elaborado pela comissão do REUNI (BRASIL, 2007), os cursos de graduação eram orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e mesmo aqueles que não tinham essa natureza, como os bacharelados em áreas básicas, mantinham currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento. Isso ainda permanece, mostrando que a concepção mais flexível ainda deve ser realizada.

Cabe então que as universidades mineiras e o MEC tenham uma avaliação crítica sobre os resultados, dando mais enfoque para a qualidade oferecida, já que a parte numérica foi contemplada como desejado. Esse resultado pode indicar uma priorização no aumento do acesso ao ensino superior público, dessa forma, as demais funções da universidade acabaram sendo afetadas pela imposição de cumprimento das metas quantitativas estipuladas. Sugere-se assim, que as universidades tenham o cuidado de equilibrar as distintas atividades e características.

A pesquisa realizada se torna importante para evidenciar as falhas e destacar o compromisso das universidades federais do estado de Minas Gerais em relação às metas do REUNI. Evidencia também o problema do tempo estipulado para a realização das metas qualitativas, deixando como sugestão estudos para aperfeiçoamento das mesmas e melhores maneiras para alcançá-las. Sugerindo a importância de um melhor acompanhamento e fiscalização da Secretária de Educação Superior (SESU), órgão responsável pela implementação do programa, na execução do REUNI nas universidades participantes.

Novos estudos sobre como se fazer uma reforma qualitativa do ensino superior público e conquistar resultados plausíveis em suas realizações, se tornam necessárias para que o REUNI seja efetivado em sua totalidade, alcançando assim a transformação idealizada. Portanto, são necessárias novas pesquisas que ajudem a descobrir o porquê da qualidade do ensino está sendo prejudicada e como conseguir reverter esse cenário.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Mariângela da Rosa; Garcia, Tânia Elisa Morales; RAMOS, Maria das Graças Gomes. **Movimentos da Expansão do Ensino Superior na Universidade Brasileira.** CongressoftheLatin American StudiesAssociation, San Francisco, California May 23-26, 2012.

AMBROSIO, Elisabete Perez Caramori; FANTINI, Luciana Teixeira; KARWOSKI, Acir Mário. **O REUNI e as dimensões da expansão da graduação na UFTM.** *Dialogia*, São Paulo, n. 14, p. 121-137, 2011.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; PINHEIRO, Helano Diógenes. **Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI**. Aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, n. 69, p. 647-668. 2010

BRASIL. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais–REUNI**. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Portal Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/05/titulo-de-doutor-passa-a-ser-exigido-para-novos-professores-de-universidades-federais>> acesso em 15 de nov. de 2013.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; SOUZA, Zilda Alvez. **Capital Humano, Educação e desenvolvimento econômico: elementos de uma discussão necessária**. 1º Seminário Internacional Campo, Educação e Diversidade. 2011.

DE BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Serviço Ed., 1997.

DE BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. IPEA, 2002.

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. Censo Demográfico Brasileiro, IBGE, 2010.

E - SIC. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. 2013. Disponível em: <[> acesso em 03 de nov. de 2013.](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2fPedido%2fDetalhePedido.aspx%3fid%3dVbCkky2ubYA%3d&id=VbCkky2ubYA=)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação e Sociedade, 2003.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Índice Geral de Cursos – IGC, 2007 e 2012**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>> acesso em: 05 de nov. e 08 de dez. de 2013.

LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise. **REUNI: Heteronomia e Precarização da universidade e do trabalho docente**. Educação & Realidade, v. 34, n. 1, 2008.

MEC – Ministério da Educação. **MEC**. 2013. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> acesso em: 18 de out. de 2013.

MINAS GERAIS, Governo de. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2013. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/pt/minas-em-numeros/produto-interno-bruto-de-minas-gerais>> acesso em: 04 de jun. de 2013.

PLANALTO, Governo. Presidência da Republica Federativa do Brasil. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/presidenta-dilma-rousseff-sanciona-leis-que-criam-mais-quatro-universidades-federais-brasileiras/view>> acesso em: 14 de jun. de 2013.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede-MG), 2013. Disponível em: <http://dataviva.info/> acesso em: 14 de jun. de 2013.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa.** Zahar Ed., 1973.

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas. **UNIFAL.** 2013. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/portal/>> acesso em: 02 de nov. de 2013.

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá. **UNIFEI.** 2013. Disponível em: <<http://www.unifei.edu.br/>> acesso em: 02 de nov. de 2013.

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **UFJF.** 2013. Disponível em: <[www.ufjf.br](http://www.ufjf.br)> acesso em: 02 de nov. de 2013.

UFLA - Universidade Federal de Lavras. **UFLA.** 2013. Disponível em: <<http://www.ufla.br/>> acesso em: 02 de out. de 2013.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. **UFMG.** 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/>> acesso em: 02 de nov. de 2013.

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. **UFOP.** 2013. Disponível em: <<http://www.ufop.br/>> acesso em 03 de nov. de 2013.

UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei. **UFSJ.** 2013. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/>> acesso em 02 de nov. de 2013.

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **UFTM.** Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/>> acesso em: 22 de out. de 2013.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. **Relatório Final do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Uberlândia - Programa REUNI/UFU.** 2010. Disponível em: <<http://www.reuni.ufu.br/sites/reuni.ufu.br/files/Relatorio%20REUNI%202008%202010.pdf>> acesso em: 25 de out. de 2013.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. **UFU.** 2013. Disponível em: <<http://www.ufu.br/>> acesso em: 16 de out. de 2013.

UFV - Universidade Federal de Viçosa. **UFV.** 2013. Disponível em: <<http://www.ufv.br/>> acesso em: 15 de nov. de 2013.

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **UFVJM.** 2013. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/>> acesso em: 15 de out. de 2013.